



**Governo do Estado de São Paulo
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
Conselho de Administração**

INFORMAÇÃO

EXTRATO DA ATA DA 611ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na sede social da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, situada na Avenida Professor Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Capital do Estado de São Paulo, realizou-se a seiscentésima décima primeira reunião do Conselho de Administração da CETESB. Abertos os trabalhos sob a presidência do conselheiro JÔNATAS Souza da Trindade, na forma do disposto no art. 13 do Estatuto Social da CETESB e secretariada por mim, Valdecir Sarroche da Silva, com a participação dos conselheiros THOMAZ Miazaki de Toledo (de forma remota), ROSE MIRIAN Hofmann, MARISA Maia de Barros, JOSÉ PAULO Neves (de forma remota), RODRIGO Levkovicz (de forma remota), SIMONE Patrícia da Silva e dos conselheiros independentes JOÃO RICARDO Pereira da Costa (de forma remota), CLÁUDIO Carvalho de Lima e LUIZ ANTÔNIO Ferraro Júnior. Como convidados, Liv Nakashima Costa, diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade; Maria Fernanda Pelizzon Garcia, gerente do Departamento de Sustentabilidade; Érica Cristina Padovani Haller, gerente do Departamento de Desenvolvimento Estratégico e Institucional. Iniciada a reunião, conforme a Ordem do dia, pelo **item 1 da pauta – Aprovação da Ata da 610ª Reunião do Conselho de Administração – RCA**. Dispensada a leitura, uma vez que os membros receberam a minuta previamente, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. A seguir, passou-se ao **item 2 - Relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário da CETESB pelo Coordenador**. O senhor João Ricardo comentou brevemente os temas analisados na 140ª e 141ª reuniões do Comitê de Auditoria (CoAud) ocorridas respectivamente em 14/01 e 22/01, com as equipes dos Departamentos Econômico-Financeiro – AF, Desenvolvimento Estratégico e Institucional – PD e da Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos – PMC, quais sejam: a) cronograma de fechamento e ações que estão sendo tomadas relativo às Demonstrações Financeiras – DFs do exercício de 2024; b) proposta do Programa de Participação dos Empregados nos Resultados da CETESB para o exercício de 2025 – PPR 2025; c) minuta de procedimentos de Controles Internos. Relativamente ao primeiro (a), destacou que correspondeu a um acompanhamento sobre o processo de fechamento das DFs, contingências e provisões, especialmente em relação ao Programa de Desligamento Incentivado (PDI), ressaltando que o valor originalmente provisionado ficou próximo do realizado. Informou que, segundo a equipe financeira, em dezembro, houve o recebimento de uma multa cuja ação estava judicializada há aproximadamente 10 anos, relativa a danos ambientais no montante de aproximadamente R\$ 60 milhões, salientando que se trata de uma receita não recorrente e que, a recomendação do CoAud foi para que não haja alteração do índice percentual utilizado para estimar as provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) das multas inscritas na Dívida Ativa. O senhor Thomaz acrescentou que tanto a notícia quanto o crédito da multa foram recebidas

entre os dias 23 e 24/12/24. O senhor Cláudio ponderou em relação ao provável impacto que essa receita extraordinária pode ter em relação à redução da subvenção no exercício de 2025. O senhor Thomaz pontuou que, concomitantemente, isso representa uma oportunidade de novos investimentos e contratações que, normalmente somente ocorrem a partir de março em razão da apuração do excesso de arrecadação, e que, nesse sentido, já havia sido feito um levantamento de demandas junto às diretorias. Em continuação, o senhor João Ricardo informou que o processo de licitação para contratação dos serviços de auditoria independente está em curso, com a fase de análise de propostas, e que a expectativa é a conclusão do certame e assinatura do novo contrato o mais breve possível. Relativamente ao segundo tema (b), informou que foram feitas algumas sugestões pelos membros do CoAud, chamando a atenção quanto ao aumento do prazo de renovação das licenças, face o Decreto relativo ao “Facilita SP”, o que pode impactar negativamente o caixa/resultados da Companhia. O senhor Jônatas observou que há necessidade de se trabalhar na redução/mitigação desse impacto focando a emissão de novas licenças, ressaltando que os prazos de renovação de licenças até então eram demasiadamente curtos e fora do contexto, correspondendo a um terço do que é praticado por outros órgãos ambientais, e que de certa forma isso representa um equilíbrio e avanço, sem detrimento da importância de acompanhar o processo de licenciamento. O senhor Thomaz ponderou sobre alguns aspectos em relação à cobrança e formação de preço dos serviços de licenças, ressaltando, entre eles, que é necessário aperfeiçoar a forma de apuração dos valores, lembrando que há uma decisão judicial que reconhece isso como preço de “serviço” e não como “taxa”; e que esse escopo (revisão dos custos de licenças) está dentro do contexto das medidas de desburocratização capitaneadas pelo governo. Acrescentou que houve a unificação dos prazos de licença de operação a fim de praticar os mesmos previstos na Resolução CONAMA 237/97, lembrando que em janeiro/2023 havia 1,9 mil processos de licenças represados (estoque) para uma média de 22 mil processos/ano correspondente a um estoque de 5 a 6 meses, os quais motivaram medidas de racionalização para saneamento do estoque. Concluiu ressaltando a importância deste tema e que ele pode ser pautado na próxima reunião ordinária, ao que os demais membros concordaram. O senhor João Ricardo finalizou seus relatos informando que na questão relativa a controles internos (c), houve recomendação do CoAud para que a PMC atue de forma a priorizar o monitoramento dos processos mais importantes, em linha ao Plano de Trabalho da Auditoria Interna, face a limitação de recursos. A seguir, após sugestão de inversão de pauta pelo senhor Jônatas, passou-se ao **item 4 - Apresentação sobre o Plano Corporativo de Sustentabilidade da CETESB.** Antes da abordagem do tema, a senhora Liv fez uma breve apresentação da senhora Maria Fernanda. A seguir, a senhora Maria Fernanda, em atendimento à sugestão da conselheira Marisa na reunião anterior (610ª RCA de 17/12/24), discorreu sobre o Plano Corporativo de Sustentabilidade da CETESB (PLANO), objeto da Decisão de Diretoria nº 125/2024/A de 20/12/2024, cujo conteúdo foi consolidado/estruturado em um documento com seis tópicos: 1 - INTRODUÇÃO, 2 - MATERIALIDADE (2.1 Diagnóstico; 2.1.1 Imersão, 2.1.2 Benchmarking; 2.2 Processo de Definição da Materialidade; 2.3 Priorização dos Temas Materiais); 3 - GOVERNANÇA E ESTRUTURA DO PLANO (3.1 Comitê de Sustentabilidade Corporativa; 3.2 Governança para priorização de novas ações de sustentabilidade); 4 - IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E MEDIÇÃO DE DESEMPENHO (4.1 Cronograma de implementação; 4.2 Indicadores de desempenho – KPIs e métricas de acompanhamento; 4.3 Definição das metas para os indicadores de desempenho; 4.4 Priorização e implementação dos indicadores; 4.5 Responsabilidades e atribuições dos Departamentos); 5 – AUDITORIA E DIVULGAÇÃO; 6 - RECOMENDAÇÕES, além do ANEXO I, correspondente a tabela dos indicadores de desempenho. Inicialmente, destacou que o PLANO foi elaborado ao longo de 2024 como parte essencial do desenvolvimento do projeto institucional “CETESB do Futuro”, sendo a base para orientar, de forma transversal, a atuação estratégica da Companhia no desenvolvimento e monitoramento de ações em temáticas prioritárias, com vistas ao aprimoramento contínuo da agenda de sustentabilidade, e que contou com o apoio no segundo semestre, da consultoria especializada Fundação Vanzolini no seu desenho. Na sequência, detalhou as etapas que integraram o processo de construção do PLANO, chamando a atenção ao objetivo de orientar

as ações de sustentabilidade corporativa da Companhia, adotando uma abordagem abrangente e alinhada às melhores práticas de mercado, promovendo uma governança interna que incorpore a sustentabilidade nas decisões estratégicas e influencie o desenvolvimento dos negócios. A seguir, dentro do escopo da Materialidade (tópico 2), detalhou os principais aspectos da metodologia associados ao Diagnóstico (tópico 2.1) que inclui as atividades de “Imersão” (1ª etapa) e “Benchmarking” (2ª etapa), tanto relativo às normas e frameworks de sustentabilidade, que busca identificar e comparar às normas internacionais, o que há no arcabouço de documentações (políticas, normativas) da Companhia que se relaciona às questões/padrões de sustentabilidade e quais os aspectos principais/relevantes, quanto às melhores práticas de empresas conceituadas, com o propósito de consolidar algo único que permita o acompanhamento da evolução da Companhia e reportar de forma transparente às partes interessadas como ela está posicionada em relação ao mercado e outras empresas similares. Destacou que o processo de definição da materialidade (tópico 2.2), contempla a avaliação e identificação dos temas materiais da Companhia, que são os grandes direcionadores da estratégia de sustentabilidade da empresa, e nesse sentido, o diagnóstico identificou 50 aspectos relevantes, os quais foram agrupados em 23 temas materiais prováveis para o processo de priorização, levantados a partir da percepção de relevância da alta administração e dos stakeholders sob dois olhares: “da CETESB para fora”, considerando os impactos das atividades finalísticas para a sociedade, e “Olhando para dentro da CETESB”, além de uma avaliação da importância de seus impactos associados (positivos e negativos, reais e potenciais), previamente contemplados e classificados na Matriz de Riscos da CETESB e de acordo com as diretrizes do *GRI – Global Reporting Initiative* e a metodologia de gestão de riscos já aplicada pela CETESB. Entre outros aspectos, destacou: que os 23 temas materiais prováveis envolveram uma pesquisa obtida com mais de 700 respostas a um questionário sobre avaliação de impacto, sendo aproximadamente 500 de colaboradores, e o restante com a participação de fornecedores, órgãos ambientais, SEMIL e outras secretarias de governo; que foram agrupados numa matriz de materialidade a partir do cruzamento da percepção de relevância dos temas para stakeholders e alta Administração com a importância dos impactos para a economia, sociedade e meio ambiente para cada tema; que foram selecionados 11 temas materiais a serem priorizados, os quais refletirão os impactos a serem monitorados por meio de indicadores de desempenho (KPI), com o objetivo de mitigar os negativos e potencializar os positivos, considerando os riscos já mapeados pela PMC e outros que foram agregados; que estes 11 temas foram agrupados em três eixos (“Meio Ambiente”, “Transparência” e “Bem Estar”), e sob duas óticas: “Olhando para dentro da CETESB” e, “Da CETESB para fora”, sendo: a) Quanto ao Eixo: Meio Ambiente (5 temas): 1 - Qualidade ambiental – água, ar e solo; 2 - Respostas a emergências ambientais; 3 - Mitigação e adaptação à mudança climática; 4 - Proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e da biodiversidade; 5 - Contribuições ao ambiente regulatório e às políticas públicas; Transparência (4 temas): 6 - Gestão e disponibilização de dados técnicos e científicos para aprimorar a gestão ambiental; 7 - Comunicação e engajamento com as partes interessadas; 8 - Ética, transparência e conformidade; 9 - Gestão e eficiência operacional, incluindo inovação e sistematização de processos; Bem estar (2 temas): 10 - Bem-estar dos colaboradores, saúde e segurança do trabalho e práticas trabalhistas; 11 - Capacitação, desenvolvimento e retenção de colaboradores; b) Quanto às perspectivas: “Olhando para dentro da CETESB” – considerados aqueles relacionados aos impactos na escala do Estado de São Paulo e da sociedade gerados pelos serviços prestados pela CETESB (temas 7, 8, 9, 10 e 11) e, “Da CETESB para fora”, considerados aqueles relacionados aos impactos ocasionados direta ou indiretamente pelas operações e atividades da CETESB em seu cotidiano (temas 1, 2, 5, 6); e ambos (temas 3 e 4). Salientou que, embora o tema 2 (Respostas a emergências ambientais) não tenha sido pesquisado junto aos stakeholders, a Diretoria Colegiada classificou-o como importante a ser priorizado. Quanto à Implementação, Monitoramento e Medição de Desempenho (tópico 4), destacou que foram definidos 128 indicadores de desempenho (*KPIs – Key Performance Indicator*) para os temas materiais priorizados, de forma a estruturar o processo de medição na Companhia, salientando que, a partir de uma construção inicial junto à consultoria Fundação

Vanzolini, são recomendados 54 KPIs para iniciar o monitoramento ao final do 1º ciclo (2025), dos quais, 32 são novos indicadores propostos e os outros 22, indicadores já existentes no sistema de gestão da CETESB, quais sejam: I) quanto ao eixo Meio Ambiente – I.a) Qualidade ambiental - água, ar e solo (3 KPI): Monitoramento ambiental; Gestão de águas e efluentes; Áreas contaminadas; Fiscalização; I.b) Respostas a emergências ambientais (3 KPI): Tempo de resposta; Capacitação e Atendimento; I.c) Mitigação e adaptação à mudanças climáticas (9 KPI): Emissões da CETESB; Consumos de energia e combustíveis; Mobilidade e veículos; Compras e aquisições; Emissões dos empreendimentos; Inventários recebidos; Critérios nos processos de licenciamento; Orientações e guias; Fiscalizações; I.d) Contribuições ao ambiente regulatório e às políticas públicas (4 KPI): Investimento em pesquisa e desenvolvimento; Comitês e grupos de trabalho; Políticas públicas elaboradas; Reuniões e eventos; I.e) Proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e da biodiversidade (5 KPI): Gestão de resíduos da CETESB; Uso da água pela CETESB; Gestão de resíduos do Estado de SP; Fiscalização, TCRA e aterros; Biodiversidade e SBNs; II) quanto ao eixo Bem estar – II.a) Bem-estar dos colaboradores, saúde e segurança do trabalho e práticas trabalhistas (7 KPI): Saúde e segurança do trabalho; Engajamento e satisfação dos(as) colaboradores(as); Ambiente de trabalho e saúde física e mental; Censo de colaboradores(as) e diversidade; Benefícios e soluções; Solução de conflitos; Desenvolvimento e planejamento de carreira e aposentadoria; II.b) Capacitação, desenvolvimento e retenção de colaboradores (5 KPI): Treinamento e capacitação; Turnover (rotatividade); Treinamentos sobre temas sensíveis; Gestão do conhecimento; Escola Superior da CETESB; III) quanto ao eixo Transparência – III.a) Comunicação e engajamento com as partes interessadas (8 KPI): Eventos, campanhas e ações; Voluntariado e ações sociais; Comunicações e releases; Divulgação interna e externa; Atendimento às comunidades; Materiais técnicos e guias; Satisfação do cliente; Parcerias estratégicas; III.b) Ética, transparência e conformidade (10 KPI): Direitos humanos; Diversidade, equidade e inclusão; Direitos e práticas trabalhistas; Segurança da Informação; Código de Ética; Treinamentos; Gestão de fornecedores; Compras sustentáveis; Incidentes e ocorrências; Ouvidoria; III.c) Gestão e eficiência operacional, incluindo inovação e sistematização de processos (4 KPI): Certificações; Crescimento de faturamento e novos negócios; Digitalização; Plano de ação ambiental; III.d) Gestão e disponibilização de dados técnicos e científicos para aprimorar a gestão ambiental (2 KPI): Ações de divulgação e comunicação; Treinamentos. Entre outros aspectos, ressaltou: que no âmbito dos indicadores de “Bem Estar”, todas as gerências citaram de forma muito positiva, a questão relativa à capacitação e treinamento e que há um propósito de correlacionar aspectos financeiros, como o salarial, às questões social e ambiental; e a questão de Direitos Humanos, no âmbito da “Ética, transparência e conformidade”, em relação aos contratos com fornecedores. Salientou que relativamente à evolução dos ciclos na implementação dos indicadores: o 2º ciclo (2026), contemplará indicadores mais complexos os quais requerem maior prazo para implementação; o 3º ciclo, contemplará indicadores ainda mais complexos e/ou de maior prioridade; e a métrica de acompanhamento contínuo, indicadores de suporte para a estratégia. Informou que em relação ao Comitê de Sustentabilidade Corporativa, que tem entre as atribuições monitorar o desempenho e o avanço das estratégias, ações, metas e indicadores de sustentabilidade; propor novos indicadores e planos de ação; e elaborar estratégias de comunicação e divulgação de dados ao mercado, há um propósito de incluir um representante de cada diretoria além do Conselho de Administração, embora ainda não conste no PLANO. Relativamente ao macro cronograma de implementação, destacou entre as etapas que integram o 1º ciclo (2025): a divulgação interna e sensibilização do Plano (janeiro-fevereiro), por meio de workshops, palestras e vídeos; atribuição das responsabilizações junto às áreas e elaboração de publicação do relatório de sustentabilidade 2024/2025 (fevereiro-março-abril); seleção de indicadores e definição de metas do monitoramento de 1º ciclo (fevereiro-março-abril); definição parcial de resultados e release 2T/25 (junho-julho); medição parcial de resultados e release 3T/25 (abril-dezembro). Concluiu relatando que após realizada pesquisa junto ao corpo funcional quanto à maturidade da Companhia na questão de sustentabilidade, percebeu-se a necessidade de trabalhar alguns aspectos, tanto no âmbito da ética e transparência quanto nas próprias questões ambientais. O

senhor Luiz Ferraro parabenizou a senhora Fernanda pela condução dos trabalhos, assim como o empenho da senhora Liv, destacando que envolve um cenário desafiador considerando que as atividades finalísticas da Companhia abrangem todo o Estado. Em seguida, observou que embora seja perceptível a predominância de indicadores de “processos”, é importante agregar indicadores de “resultados”, considerando principalmente o aspecto da Comunicação junto ao público externo, sugerindo, nesse sentido, um alinhamento junto à consultoria Fundação Vanzolini. Entre outras sugestões, destacou: a definição de prazos em relação à constituição das linhas de base para cada indicador; a mensuração do valor dessas materialidades, embora seja difícil em razão das atividades e produção multidimensional da CETESB; e o desafio de buscar, em conjunto com o Desenvolvimento Estratégico e Institucional, a integração do Plano de Sustentabilidade às metas do Plano de Negócios, incluindo o Painel de Contribuições, e ao Plano Plurianual - PPA, por exemplo. O senhor Jônatas igualmente destacou a importância da integração e do olhar transversal, comparando analogamente ao tema do Programa de Participação no Resultados - PPR a ser apresentado pela senhora Érica, de forma a focar os indicadores de “resultados”, e a questão da transparência, tanto interna quanto externamente, ressaltando que, embora não seja algo simples inicialmente, deve evoluir gradativamente, e também chamou a atenção para a necessidade de automatizar os indicadores a fim de facilitar o controle/monitoramento. A senhora Fernanda informou que, para alguns indicadores, já é possível a automatização por meio da ferramenta/sistema Totvs. A senhora Simone enfatizou o notório progresso dos trabalhos desde a criação do Departamento de Sustentabilidade. A senhora Marisa manifestou que é uma satisfação poder constatar os avanços do que foi realizado até o momento, e ponderou que, em relação à sugestão de indicadores de “resultados” segue a mesma linha da metodologia/estrutura do PPA, demonstrando os impactos na sociedade e atividade econômica. A seguir, passou-se ao **item 5 - Atualização sobre o Plano de Ação relativo à Avaliação dos Níveis de Maturidade da Governança Corporativa.**

A senhora Érica atualizou os membros em relação ao Plano de Ação para adequação/alinhamento quanto à constituição de materialidade (produção de evidências) para as 47 questões (de um total de 113), relativas à Avaliação dos Níveis de Maturidade de Governança Corporativa das empresas públicas e fundações do Estado de São Paulo, conforme apresentado na 602ª RCA de 25/06/24, abrangendo as três dimensões: 1 – Conselho e Gestão (13 questões, de um total de 48); 2 – Controle e Monitoramento (33 questões, de um total de 52) e 3 – Transparência (1 questão, de um total de 13), de forma a promover melhoria ao nível de maturidade de governança alcançado: 66 pontos, correspondente ao nível III em que “mudanças são necessárias”. Inicialmente reportou a seguinte situação em relação às 47 questões: 4 não serão executadas (9%); 14 não foram iniciadas (30%); 19 foram concluídas (40%); e 10 estão em andamento (21%). Na sequência, apresentou um descritivo, considerando: área responsável em executar o plano “R”; prazo para execução: “PE”; status/situação atual “S” e sugestão de próximos passos: Quanto à **Dimensão 1 – Conselhos e Gestão: 1.1 – Conselho de Administração/Equivalente (3 questões): Questão 4** - O Conselho acompanha periodicamente o orçamento e o andamento das metas estabelecidas? **R:** Departamento de Desenvolvimento Estratégico e Institucional (PD) - Plano de Ação: Em 2024 foi apresentado o andamento das metas nas reuniões de agosto (604ª RCA) e setembro (605ª RCA) – **PE:** 27/08/24 - **S:** concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA duas reuniões anuais para o acompanhamento do andamento das metas do PPA, PN e PPR (abril e outubro); **Questão 9** - O Conselho examina e aprova a Política de Gestão de Riscos? **R:** Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos (PMC) - Plano de ação: Foi aprovada na reunião de novembro (607ª RCA) a Política de Gestão de Riscos - **PE:** 26/11/24 - **S:** Concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA a revisão bianual da Política; **Questão 10** - O Conselho supervisiona periodicamente o mapa de riscos identificados e planos de ação selecionados para mitigação? **R:** PMC - Plano de ação: Foi aprovada na reunião de novembro (607ª RCA) a matriz de riscos da CETESB - **PE:** 26/11/24 - **S:** Concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA o acompanhamento anual (novembro); **1.2 - Comitê de Auditoria/Equivalente (5 questões): Questão 21** - O Comitê supervisiona os trabalhos da auditoria interna e a implementação das recomendações feitas nos relatórios emitidos? **R:**

Departamento de Auditoria Interna (PA) - Plano de ação: O PA disponibilizará ao Comitê, os relatórios e as manifestações das unidades auditadas, sobre os achados de auditoria, para avaliação e acompanhamento – **PE**: 21/01/2025 - **S**: não iniciado - Próximos Passos: reportar mensalmente ao CoAud o andamento dos trabalhos da auditoria interna; **Questão 22** - O Comitê analisa o plano anual de trabalho da área de riscos e acompanha a sua execução? **R**: PMC - Plano de ação: apresentado *Roadmap* para 2025 para Chefia de Gabinete (PG), CoAud e CA em novembro e dezembro/24 - **PE**: 04/12/24 - **S**: concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CoAud o acompanhamento anual (novembro); **Questão 23** - O Comitê acompanha a implementação dos planos de ação mitigatórios dos riscos identificados? **R**: PMC - Plano de ação: apresentado relatório e matriz de riscos para CoAud em 19/11/24 - **PE**: 19/11/24 - **S**: concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA o acompanhamento anual (novembro); **Questão 24** - O Comitê supervisiona as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno? **R**: PMC - Plano de Ação: A PMC está estruturando a equipe para elaboração de procedimento de controles internos - **PE**: 01/03/25 - **S**: em andamento; **Questão 27** - O Comitê avalia e monitora em conjunto com a Administração e a Auditoria Interna a adequação e divulgação das transações com partes relacionadas? **R**: PA - Plano de Ação: O PA executará a avaliação e monitoração das transações com Partes Relacionadas - **PE**: 31/01/25 - **S**: em andamento; **1.3 – Conselho Fiscal (1 questão): Questão 38** - O Conselho examina o relatório de controle emitido pela Auditoria Externa sobre as demonstrações financeiras do exercício social e acompanha as providências da entidade quanto às observações sobre o controle interno relatadas? **R**: Departamento Econômico-Financeiro (AF) - Plano de Ação: inclusão na pauta de reuniões: Criação de um item específico para acompanhamento e deliberação sobre os relatórios de controles internos, destacando a análise das providências implementadas em resposta às observações e ressalvas da auditoria independente - **PE**: 29/05/25 - **S**: em andamento - Próximos Passos: Registro das discussões em ata de reunião quando da emissão do próximo relatório de controle interno, em 30/05/2025; **1.4 – Diretoria (4 questões): Questão 42** - A Diretoria acompanha periodicamente os resultados das metas estabelecidas no Plano de Metas/Plano de Negócios/Planejamento Estratégico? **R**: PD - Plano de Ação: Em 2024 foi apresentado o andamento das metas nas reuniões de agosto e setembro - **PE**: 27/08/24 - **S**: concluído - Próximos Passos: inserir em duas reuniões anuais de Diretoria (RD) o acompanhamento do andamento das metas do PPA, PN e PPR (abril e outubro); **Questão 43** - A Diretoria aprova e mantém os instrumentos normativos atualizados de acordo com os critérios estabelecidos quanto a periodicidade e responsabilidade pela atualização? **R**: PD - Plano de Ação: em 2024 foi apresentado o cronograma do Comitê de Normas Administrativas da CETESB - CONAD para a Diretoria Colegiada - **PE**: 31/03/25 - **S**: em andamento - Próximos Passos: inserir em RD a apresentação do cronograma do CONAD (fevereiro) e do Comitê de Normas Técnicas - CONT (março) com relação as normas a serem revistas; **Questão 44** - A Diretoria examina periodicamente o mapa de riscos da entidade, contendo os riscos estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance e as medidas de mitigação? **R**: PMC - Plano de Ação: foi aprovado relatório e matriz de riscos pela Diretoria Colegiada - **PE**: 22/11/24 - **S**: concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma da Diretoria o acompanhamento anual (novembro); **Questão 46** - A Diretoria demonstra inequívoco apoio ao programa de integridade? **R**: PMC - Plano de Ação: criação de vídeos/pílulas referente ao Programa - vídeo concluído em outubro/24 (*botom* integridade) e aprovação da revisão do Programa pela Diretoria Colegiada concluída em 22/11/24 - **PE**: 22/11/24 - **S**: concluído; **Dimensão 2 – Controle e Monitoramento: 2.1 – Auditoria Interna (6 questões): Questão 52** - A Auditoria Interna utiliza técnicas e procedimentos de acordo com as normas internacionais do IIA - *Institute of Internal Auditors*? **R**: PA - Plano de Ação: Entende-se não ser necessária a utilização de todas as técnicas e procedimentos recomendados pelo IIA (*Institute of Internal Auditors*), uma vez que não se trata de uma exigência legal. Entretanto, a Auditoria Interna segue as principais normas do IIA, as boas práticas de governança corporativa e as exigências da Lei 13.303 (Lei das Estatais), como ser vinculada ao CA e coordenada pelo CoAud, ter Regulamento e Plano de Trabalho aprovado pelo CA, atuar de maneira independente, imparcial, sistemática e disciplinada para avaliar e

melhorar a eficácia dos processos – não será executado; **Questão 53** - A Auditoria Interna elabora o Plano Anual de Auditoria Interna com base no mapa de risco da entidade? **R:** PA - Plano de Ação: após o recebimento da Matriz de Riscos (27/11/2024) foi elaborado o Plano de Trabalho Anual 2025 do PA, baseado em riscos, o qual foi aprovado pelo CA na 610ª Reunião - **PE:** 17/12/24 - **S:** concluído - Próximos Passos: será incluído nos próximos Planos Anuais de Auditoria Interna a análise da matriz de riscos; **Questão 57** - A Auditoria Interna afere a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança? **R:** PA - Plano de Ação: com base no mapa de risco o Departamento de Auditoria Interna elaborou um plano de trabalho que será executado no decorrer de 2025 - **PE:** 15/12/25 - **S:** não iniciado; **Questão 58** - A Auditoria Interna afere a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras e emite relatório formal? **R:** PA - Plano de Ação: atividade desenvolvida pela Auditoria Independente – não será executado; **Questão 59** - A Auditoria Interna monitora as transações com partes relacionadas e reporta os resultados ao Comitê Auditoria/Conselho de Administração/Curador/Deliberativo? **R:** PMC - Plano de Ação: foi aprovada na reunião de novembro do CA (607ª RCA) revisão da política de transação com partes relacionadas - **PE:** 26/11/24 - **S:** concluído; **Questão 61** - A Auditoria Interna utiliza software específico para execução dos testes para auditoria? **R:** PA - Plano de Ação: em 2025, será elaborado o TR para aquisição de software específico - **PE:** 15/12/2025 - **S:** não iniciado; Próximos Passos: licitação e contratação de software; **2.2 – Gerenciamento de Riscos (8 questões):** **Questão 63** - A entidade dispõe de uma Política de Gestão de Riscos aprovada pela alta administração com diretrizes sobre como e com qual periodicidade riscos devem ser identificados, avaliados, tratados, monitorados e comunicados aos responsáveis? **R:** PMC - Plano de Ação: foi aprovada a Política de Gestão de Riscos pelo CA na reunião de novembro (607ª RCA) - **PE:** 26/11/24 - **S:** concluída - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA a revisão bianual da Política; **Questão 64** - A entidade tem um Comitê de Riscos formalmente instituído e com regulamento próprio? **R:** PMC - **PE:** não será executado - entende-se que não é necessária a criação de um Comitê de Riscos, uma vez que a legislação vigente não exige; **Questão 65** - A unidade de Gerenciamento de Riscos elabora o Plano Anual de Trabalho e submete à aprovação da alta administração? **R:** PMC - Plano de Ação: apresentado *Roadmap* para 2025 para PG, CoAud e CA em nov e dez/24 - **PE:** 04/12/24 - **S:** concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA (novembro); **Questão 66** - A área responsável pelo gerenciamento de riscos elabora relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Comitê de Auditoria/Conselhos de Administração/Curador/Deliberativo e Fiscal? **R:** PMC - Plano de Ação - a PMC já possui um relatório trimestral que é apresentado ao Conselho Fiscal (CF) e será disponibilizado para as diretorias, Comitê de Auditoria (CoAud) e Conselho de Administração (CA) – apresentado relatório e matriz de riscos para CoAud em 19/11/24, Diretoria Colegiada em 22/11/24 e CA em 26/11/24 (aprovado) - **PE:** 26/11/24 - **S:** concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA o acompanhamento anual (novembro); **Questão 68** - A entidade dispõe de um mapa/matriz de risco com identificação dos riscos estratégicos, financeiros, operacionais e de conformidade? **R:** PMC - Plano de Ação: apresentada matriz de riscos para CoAud em 19/11/24, Diretoria Colegiada em 22/11/24 e aprovada pelo CA na reunião de novembro (607ª RCA) - **PE:** 26/11/24 - **S:** concluído; **Questão 69** - Os riscos identificados e representados no mapa/matriz de riscos são considerados para elaboração do Planejamento Estratégico da entidade? **R:** PMC - Plano de Ação: considerando que haverá uma matriz de riscos até setembro de 2024, entende-se que este item poderá ser atendido a partir de 2025 - **PE:** 2025 - **S:** não iniciado; **Questão 71** - A entidade dispõe de Plano de Continuidade de Negócios/Contingência para seus principais riscos? **R:** PMC - Plano de Ação: entende-se que esse item precisa de uma maturidade de riscos somente possível após o mapa de riscos de a Companhia ser aprovado por toda governança - **PE:** 2026 - **S:** não iniciado; **Questão 72** - Os planos e medidas de contingência são periodicamente testados e revisados? **R:** PMC - Plano de ação: depende do item/questão 71 ser implantado - **PE:** 2026 - **S:** não iniciado; **2.3 – Conformidade (12 questões):** **Questão 75** - A equipe de Conformidade elabora um Plano Anual de Trabalho e submete à Diretoria e ao Comitê de Auditoria/Conselho de

Administração/ Curador/ Deliberativo? **R:** PMC - Plano de Ação: A PMC já possui um plano elaborado e poderá encaminhá-lo conforme demanda dos conselhos e comitês - apresentado *Roadmap* para 2025 para PG, CoAud e CA em novembro e dezembro/24 - **PE:** 04/12/24 - **S:** concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA (novembro); **Questão 77** - A equipe de Conformidade incentiva, acompanha e documenta em seus registros as manifestações feitas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração/ Curador/ Deliberativo de apoio e incentivo ao cumprimento do Programa de Integridade? **R:** PMC - Plano de Ação: a PMC fará um relatório contendo as manifestações e seu acompanhamento – criado processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para documentação - **PE:** 01/07/24 - **S:** em andamento; **Questão 78** - A entidade dispõe de mapeamento dos riscos de integridade da organização, em especial dos processos críticos, com mensuração de probabilidade e impacto, e estabeleceu planos de ação mitigatórios? **R:** PMC – Plano de Ação: apresentado matriz de riscos para CoAud em 19/11/24, Diretoria Colegiada em 22/11/24 e CA em 26/11/24 (607ª RCA) – aprovado - **PE:** 26/11/24 - **S:** concluído; **Questão 79** - Os riscos de integridade da entidade são revisados periodicamente e relatados aos Diretores e aos Comitê de Auditoria/Conselho de Administração/ Curador/ Deliberativo? **R:** PMC - Plano de Ação: apresentado matriz de riscos para CoAud em 19/11/24, Diretoria Colegiada em 22/11/24 e CA em 26/11/24 (607ª RCA) – aprovado - **PE:** 26/11/24 - **S:** concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA o acompanhamento anual (novembro); **Questão 80** - A área de Conformidade efetua acompanhamento dos planos de ação e mitigação dos riscos de integridade e efetua reportes à Diretoria e ao Comitê de Auditoria/Conselho de Administração/Curador/ Deliberativo? **R:** PMC - Plano de Ação: monitoramento previsto para 1 ano após a implementação - **PE:** 01/11/25 - **S:** não iniciado; **Questão 81** - A equipe de Conformidade realiza treinamentos aos diretores, conselheiros e empregados sobre o Programa de Integridade? **R:** PMC - Plano de Ação: curso ministrado pelo Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública – IBEGESP realizado em outubro/24 - **PE:** 01/11/24 - **S:** concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA o treinamento anual (setembro); **Questão 82** - A área de Conformidade executa monitoramento preventivo sobre os riscos relevantes das atividades críticas da entidade? **R:** PMC - Plano de Ação: monitoramento previsto para 1 ano após a implementação - **PE:** 01/11/25 - **S:** não iniciado; **Questão 85** - A entidade realiza treinamentos periódicos, no mínimo anual, sobre o Código de Conduta e Integridade aos diretores, conselheiros e empregados? **R:** PMC - Plano de Ação: treinamento realizado em outubro/24 - **PE:** 01/11/24 - **S:** concluído - Próximos Passos: inserir no cronograma do CA o treinamento anual (setembro); **Questão 88** - A entidade exige adesão formal dos diretores, conselheiros e empregados ao Código de Conduta e Integridade? **R:** PMC - Plano de Ação: Termo de Compromisso será assinado após a conclusão do curso do Código de Conduta Ética e de Integridade - **PE:** 31/12/24; **S:** em andamento; **Questão 89** - A entidade dispõe de canal de consulta prévia para esclarecimento de dúvidas de interessados internos e externos? **R:** Ouvidoria – Plano de Ação: A ouvidoria é responsável pelo atendimento ao público interno e externo, conforme respectivos Relatórios de Ouvidoria (semestral e anual) divulgados no sítio eletrônico da Companhia; **PE:** 31/01/25; **S:** em andamento; **Questão 91** - A área de Conformidade efetua diligências prévias para contratação e, conforme o caso, supervisão de terceiros, prepostos e mandatários? **R:** PMC - Plano de Ação: A PMC efetua atualmente mediante solicitação prévia, sob demanda - não há demandas em aberto – **PE:** 15/12/25; **S:** em andamento; **Questão 92** - A entidade ajustou os procedimentos internos para atender ao Decreto Estadual nº 67.301/2022 (alterado pelo Decreto nº 67.684/2023) e atuar de acordo com a legislação para apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no artigo 6º da Lei federal nº 12.846 (PAR – Processo Administrativo de Responsabilização) e treinou as equipes para atuar corretamente? **R:** PMC - Plano de Ação: a PMC está em fase de levantamento das informações necessárias para que possa estabelecer um plano de ação previsto para 2025 - **PE:** 15/12/2025 - **S:** não iniciado; **2.4 – Controle Interno (7 questões): Questão 93** - A entidade tem uma área de Controle Interno em sua estrutura organizacional, com responsabilidades de monitoramento e avaliação contínua sobre os controles internos da entidade? **R:** PMC - Plano de Ação - A PMC está estruturando a equipe para ter um responsável pelos controles internos da companhia –

elaboração de procedimento de controles internos - **PE:** 01/03/25 - **S:** em andamento; **Questão 94** - A unidade de controle interno elabora um plano anual de trabalho e submete à Diretoria e ao Comitê de Auditoria/Conselho de Administração/ Curador/ Deliberativo? **R:** PMC - Plano de Ação: a PMC está estruturando a equipe para elaboração de metodologia, avaliação e acompanhamento do controle interno da CETESB - **PE:** 01/06/25 - **S:** não iniciado; **Questão 95** - A entidade tem uma metodologia definida de controle interno? **R:** PMC - Plano de Ação: a PMC está estruturando a equipe para elaboração de metodologia, avaliação e acompanhamento dos controles internos da CETESB - **PE:** 01/03/25 - **S:** em andamento; **Questão 97** - A entidade dispõe de mapeamento dos controles internos de seus principais processos e os revisa periodicamente? **R:** PMC - Plano de Ação: a PMC está estruturando a equipe para elaboração de metodologia, avaliação e acompanhamento do controle interno da CETESB - **PE:** 15/12/2025 - **S:** não iniciado; **Questão 98** - A unidade de controle interno promove avaliações dos controles internos do ambiente geral da organização? **R:** PMC - Plano de Ação: a PMC está estruturando a equipe para elaboração de metodologia, avaliação e acompanhamento do controle interno da CETESB - **PE:** 15/12/2025 - **S:** não iniciado; **Questão 99** - A unidade de controle interno promove avaliações dos controles dos principais processos da entidade? **R:** PMC - Plano de Ação: a PMC está estruturando a equipe para elaboração de metodologia, avaliação e acompanhamento do controle interno da CETESB - **PE:** 15/12/2025 - **S:** não iniciado; **Questão 100** - Os processos críticos da entidade têm procedimentos de segregação de função claramente definidos e documentados para acompanhamento e controle - emissão - revisão, aprovação e execução? **R:** PMC; Plano de Ação: a PMC está estruturando a equipe para elaboração de metodologia, avaliação e acompanhamento do controle interno da CETESB - **PE:** 15/12/2025 - **S:** não iniciado; **Dimensão 3 – Transparência (1 questão): Questão 111** - A entidade divulga as atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade? **R:** CA; Plano de Ação: Atualmente as atas do CoAud e CoEle não são divulgadas, somente o extrato do CoAud – **S:** não será executado. A senhora Érica informou que a Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento – SEFAZ deverá repetir a Avaliação dos Níveis de Maturidade das empresas e fundações do Estado para o período 2025/2026, e, entre outros aspectos, pontuou que: quanto às ações “não iniciadas”, referentes na maioria às questões que envolvem controle de riscos, é necessário aguardar o prazo de um ano da implementação da matriz de riscos (ocorrida em novembro/24) para então proceder uma avaliação; quanto à questão 89, que as documentações encaminhadas inicialmente não foram aceitas como evidência do cumprimento, o que gerou o plano de ação conforme descrito; quanto às sete questões de Controle Interno, que as ações estão em andamento a partir da contratação da senhora Tatiane Renata Trindade para integrar a equipe da PMC visando o suporte na condução do monitoramento de riscos. Durante a apresentação os conselheiros teceram algumas considerações. Com base na justificativa da Auditoria Interna para a questão 52, o senhor Luiz Ferraro propôs que para todas as questões apontadas como “não serão executadas”, haja um diálogo com as áreas e a SEFAZ no intuito de esclarecer se houve erro de interpretação ou se elas requerem melhor descrição e detalhamento. Os senhores Cláudio e Jônatas propuseram que haja melhor elucidação no caso das questões consideradas “não exigíveis” ou “não aplicáveis” para as empresas de características como a CETESB, ao que a senhora Érica informou que repassará essas considerações para esclarecimentos junto ao órgão, salientando que a posição inicial da SEFAZ reportada em 2024 foi de que as respostas registradas como “não se aplica” seriam consideradas como “não executada”. Relativamente às questões que envolvem a Auditoria Interna, o senhor João Ricardo pontuou em relação às Normas Globais de Auditoria Interna, e que, na essência, o que foi definido no Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2025 quanto ao endereçamento dos procedimentos para os riscos identificados, embora ainda não seja o ideal, é a base de um rumo certo, concordando com a sugestão do senhor Jônatas em relação à sugestão de apontamento “não exigível” ou “não aplicável” para a questão 52. Quanto à questão 111, o senhor João Ricardo salientou que raramente as atas de reuniões do Comitê de Auditoria são publicadas por empresas, reiterando que no caso da CETESB somente são publicados os extratos e o relatório anual do Comitê. O

senhor Luiz Ferraro observou que caso as 24 questões apontadas com ações “em andamento” e “não iniciadas” forem cumpridas até o final do ano, a classificação do nível de maturidade de governança da CETESB passará de III (mudanças são necessárias) para I (desejável), salientando que o mais importante é a percepção do grau de amadurecimento da empresa na atual gestão, a partir do estímulo provocado por este instrumento (questionário) aplicado pela SEFAZ. A senhora Érica informou que a ideia é apresentar a próxima atualização em julho/25. O senhor Thomaz observou, entre outros pontos, que as diversas ferramentas que têm sido utilizadas na CETESB, especialmente no âmbito de governança, tem sido um grande diferencial para a Companhia, principalmente nas questões que envolvem a transparência com a divulgação pública de dados, e que institucionalmente a fortalece no sentido de manter o padrão de qualidade de suas operações/serviços, enfatizando a importância de continuar na busca de atingir o melhor nível de governança. A seguir, passou-se ao **item 6 - Apresentação preliminar da proposta do Programa de Participação dos Empregados nos Resultados da CETESB para o exercício de 2025 – PPR 2025**. A senhora Érica destacou inicialmente algumas diretrizes/parâmetros conforme a legislação (Decreto 59.598/2013 e suas alterações), quais sejam: Montante máximo: 1 folha de salário nominal de dezembro do ano de apuração; Elegibilidade: empregados vinculados à empresa por contrato de trabalho, excluídos os que se encontrem afastados junto a outras entidades; os afastados por auxílio-doença ou qualquer outro benefício concedido pelo INSS; com contrato de trabalho suspenso ou interrompido; Prazos máximos das etapas subsequentes: proposta de implementação que deverá ser submetida à prévia análise/deliberação do Conselho de Administração - CA até 31 de janeiro do ano exercício; envio de cópia do pleito do PPR à apreciação da Comissão de Política Salarial - CPS em até 15 dias após a decisão do CA; autorização para implantação até 31 de março do ano exercício; Característica dos indicadores: permitir comparabilidade com referenciais da empresa; metas que representem incremento em relação a resultados anteriormente obtidos ou comprovado grau de desafio; Indicadores Obrigatórios: Indicador econômico-financeiro; Indicador de satisfação do usuário ou qualidade do serviço; Indicadores vinculados ao planejamento estratégico da empresa. Em seguida demonstrou um breve histórico dos resultados do PPR nos últimos dez anos (2015 a 2024), considerando: % de atingimento das metas, montante distribuído, valor (bruto e líquido) individual, data do pagamento e número de empregados contemplados, destacando o aumento/resultados significativo nos anos de 2022 e 2023 (89,95% - R\$ 18,8 milhões; 95,85% - R\$ 20,7 milhões, respectivamente) e que a aferição dos resultados de 2024 está em curso pelo Departamento de Auditoria Interna. A seguir, destacou as seguintes características principais do PPR 2025: Período: de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025; Condições para Pagamento: Em uma única parcela, a partir de 1º de julho de 2026 e até 31 de dezembro de 2026; Empregados elegíveis: empregados ativos vinculados à CETESB por Contrato de Trabalho com, no mínimo três meses de empresa; Empregados não elegíveis: conforme condições já mencionadas, os afastados junto a outras entidades; afastados por auxílio doença ou qualquer outro benefício concedido pelo INSS (acidente no trabalho, aposentadoria por invalidez); com contrato de trabalho suspenso ou interrompido; Diretor empregado ou diretor estatutário; empregados comissionados e/ou afastados junto a outros órgãos; demitidos por justa causa. Quanto à elaboração das metas, informou que foi estabelecido um Grupo de Trabalho com representantes de todas as Diretorias para a proposição das metas, sendo a diretriz principal o desdobramento das metas do Plano de Negócios 2025, considerando os cinco eixos, conforme apresentado ao final de 2024, e a manutenção do Painel de Contribuição em 2025, porém com a adequação de uma tutoria de consultoria externa (Fundação Dom Cabral) para alinhamento das metas junto às áreas, a qual corresponderá a um aditivo a esta proposta, associado às aulas de capacitação gerencial, para posterior deliberação da matéria pelo CA em março/2025 Na sequência, demonstrou o quadro-resumo das 12 metas propostas para o PPR 2025 com a descrição e os parâmetros (Peso “P”, Mínimo “M”, Alvo “A” e Fórmula “F”), bem como as Diretorias responsáveis pela coordenação e os eixos do Plano de Negócios aos quais elas estão vinculadas, quais sejam: **Meta 1** - Redução do nível do grau de dependência do Tesouro do Estado (meta obrigatória - Econômico-Financeiro) – P: condicional – M: 26% - A: 22% - F: Percentual de grau de dependência do

tesouro no ano; **Meta 2** – Implantação e operação da Central de Relacionamento com Clientes - Call Center da CETESB – P: 15% – M: 90% - A: 100% – F: Percentual de avanço das ações (assinatura do contrato = 10%; integração de sistemas = 25%; scripts de atendimento = 15%; treinamento = 20%; implantação = 20% no 1º semestre; monitoramento = 10% no 2º semestre); **Meta 3** - Manutenção do tempo de análise dos pedidos de Licença de Instalação de obras de infraestrutura (protocolados até 30/6/2025) em, no máximo, em 180 dias, não gerando passivo – P: 10% - M: 80% - A: 100% - F: Percentual de pedidos de licenças de instalação de obras de infraestrutura, protocolados até 2024, encerrados no ano e pedidos de LI que derem entrada em 2025 (até 30/6/2025) atendidos no prazo de até 180 dias no ano; **Meta 4** - Atendimento das solicitações de apoio em processos de licenciamento ambiental, efetuadas às respectivas áreas da Diretoria I, encaminhadas até 2023 - P: 5% - M: 200 - A: 249 - F: Número de solicitações de apoio atendidas em processos de licenciamento ambiental que foram encaminhadas até 31/12/2023; **Meta 5** - Emissão de relatórios de ensaios laboratoriais em até 60 dias da data de coleta - P: 10% - M: 84% - A: 87% - F: Percentual de relatórios de ensaios laboratoriais emitidos dentro do prazo de 60 dias a partir da data de coleta no ano de 2025; **Meta 6** - Implantação da primeira versão do Portal de Recursos Hídricos - P: 5% - M: 80% - A: 100% - F: Percentual de avanço das ações (termo de referência= 10%; licitação e contratação = 10%; desenvolvimento = 40%; implantação da 1ª versão = 40%); **Meta 7** - Verificação do cumprimento de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA (acima de 5.000 mudas) - P: 5% - M: 563 - A: 744; - F: Número de TCRA's, com mais de 5 mil mudas e com prazo de execução do termo até 30/09/24, verificado no ano; **Meta 8** - Conclusão dos processos de Solicitação de Licença da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental protocolados até 2023 - P: 15% - M: 952 - A: 1.131 - F: Número de processos concluídos de licenciamento ambiental (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação - LI, Licença Prévia e de Instalação concomitante - LP/LI, Licença de Operação - LO e Licença de Operação - Renovação - LOR) protocolados até 31/12/2023; **Meta 9** - Ampliação do público dos cursos e treinamentos práticos especializados (TPEs) da agenda aberta (pagantes) em 10% em relação à média de 2021 a 2024 - P: 5% - M: 796 - A: 842 – F: Número de inscrições pagas nos cursos e TPEs da agenda aberta no ano; **Meta 10** - Atendimento das solicitações de apoio técnico e de Pareceres Técnicos de Áreas Contaminadas - P: 5% - M: 90% - A: 100% - F: Percentual de atendimento das solicitações de apoio técnico e de Pareceres Técnicos considerando as solicitações abertas até: dezembro de 2023 (total de 999) para o Setor de Áreas Contaminadas da Indústria do Petróleo (PCAP); dezembro de 2022 (total de 639) para o Setor de Áreas Contaminadas Industriais (PCAI) e; até outubro de 2025 para o Setor de Reutilização de Áreas Contaminadas e Outorgas (PCRU); **Meta 11** - Satisfação do usuário sobre o atendimento (meta obrigatória – Qualidade dos Serviços Prestados) - P: 5% - M: 55% - A: 80% - F: Índice médio de satisfação do usuário; **Meta 12** - Realização do Painel de Contribuições (Desempenho das Unidades) - P: 20% - M: 30% - A: 100% - F: Percentual de “metas de contribuição”, estabelecidas no painel de contribuições, concluídas no ano. Quanto à Coordenação (a) e vínculo das metas aos Eixos do Plano de Negócios 2025 (b), destacou, respectivamente: (a) Gestão Corporativa e Sustentabilidade “A” – metas 1, 2, e 11; Qualidade Ambiental “E” – metas 5 e 6; Avaliação de Impacto Ambiental “I” – metas 3 e 4; Controle e Licenciamento Ambiental “C” – metas 7 e 8; Presidência “P” – metas 9 e 10; e comum a todas as Diretorias – meta 12; (b) Eixo “Atendimento ao cliente (público/privado)” - Metas 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10 e 11; Eixo “Integração e modernização de sistemas” – meta 6; Eixo “Captação de recursos e parcerias” - Meta 9. Quanto aos objetivos e principais características das metas, destacou: **Relativamente à Meta 1** – o histórico dos percentuais de subvenções recebidas do Tesouro nos últimos 10 dez anos, considerando que em 2024 o índice correspondeu a 18,38%; o objetivo de assegurar a geração de recursos próprios para financiar o Programa, salientando que o atendimento do mínimo da meta permitirá a distribuição de 70% da folha de pagamento e o atingimento do alvo corresponderá a distribuição de até 100% da folha de pagamento, nominal de dezembro de 2025; Pontos relevantes: a) em 2024 : contratação, via concurso público, de 224 novos empregados, com um custo de R\$ 48 milhões no ano; Programa de Demissão Incentivado (PDI), realizado em novembro e dezembro, ao custo de R\$ 47 milhões; b) implementação do Decreto relativo ao “Facilita SP”, que busca

desburocratizar e simplificar procedimentos administrativos, incluindo alterações nos processos de licenciamento ambiental, salientando que haverá impacto nas receitas da Companhia a partir de 2026 em razão do aumento do prazo de renovação das licenças, e que, nesse sentido, a Companhia já está trabalhando em algumas frentes para amenizá-lo; **Relativamente à Meta 2** – que é uma medida estratégica para aprimorar a prestação de serviços da CETESB, tornando-a mais acessível, eficiente e capaz de atender às demandas da sociedade de forma ágil e que permitirá a filtragem e a resolução de questões iniciais que, atualmente, são tratadas diretamente pelos técnicos da Companhia, o que muitas vezes compromete o foco nas atividades técnicas e especializadas, e que o objetivo em 2025 é a implementação do Call Center, correspondente ao patamar mínimo de 90%, sendo que o monitoramento corresponde a 10% na execução da meta; **Relativamente à Meta 3** – o histórico do tempo de análise de pedidos de LI de obras de infraestrutura com Avaliação de Impacto Ambiental dos últimos 5 anos (2020 – 292 dias; 2021 – 231 dias; 2022 – 513 dias; 2023 – 253 dias; 2024 – 273 dias) e que objetiva atender os pedidos de LI que derem entrada em 2025, no prazo de até 180 dias, melhorando o tempo de resposta ao interessado e não permitir a geração de novo estoque (passivo) de processos; **Relativamente à Meta 4** – que correspondem ao suporte pelas áreas que atuam em assuntos específicos e especializados e que são demandadas pelas diretorias C e I para subsidiar e apoiar o licenciamento ambiental; e que são esperadas redução de estoques dos processos de licenciamento mais antigos (demandas anteriores a 2024) a partir do ingresso dos novos funcionários (concursados); **Relativamente à Meta 5** – que visa agilizar a execução das análises e a emissão dos relatórios de ensaio, de forma a disponibilizar os resultados em um menor espaço de tempo para os usuários dos dados, sendo que as 16 unidades (Divisões e Setores) que compõem o Departamento de Análises Ambientais (EL) e o Departamento dos Laboratórios Descentralizados (ED) realizam, anualmente, mais de 300 mil ensaios físico-químicos e biológicos e emitem cerca de 23 mil Relatórios de Ensaio; **Relativamente à Meta 6** – o desenvolvimento e implantação da primeira versão do Portal de Recursos Hídricos, de fácil acesso e padronizada ao público em geral, onde serão disponibilizados dados de qualidade de água de forma integrada - meta do Plano de Negócios 2025; **Relativamente à Meta 7** – que consiste em verificar o cumprimento de 50% do estoque remanescente de TCRA, com plantio acima de 5.000 mudas e com vencimento até 30.09.2024, firmados em processos sob responsabilidade da Diretoria “C”, estimados em 3.000 mudas, sendo metade em 2025 e metade em 2026, salientando que há uma correlação desta meta ao PPR de 2024, onde o alvo foi de 8%, sendo realizado 24% (563 TCRA’s) do estoque total; **Relativamente à Meta 8** – que busca eliminar o passivo de 2023 e estabelece meta para a redução do estoque de processos de licenciamento protocolizados até 2023; **Relativamente à Meta 9** – que objetiva assegurar a geração de recursos próprios por meio da ampliação do público externo pagante dos cursos e TPEs da Escola Superior da CETESB; e breve histórico dos últimos 4 anos (cursos realizados/inscrições pagas: 2021 – 18/497; 2022 – 37/998; 2023 – 38/822; 2024 – 36/748); **Relativamente à Meta 10** – que visa agilizar o tempo de resposta das manifestações abertas de áreas contaminadas para os interessados, associados a processos antigos, similarmente a outras metas mencionadas que buscam a eliminação do passivo, em setores específicos conforme descritos na fórmula, salientando que as linhas de corte (metas por setor) são diferentes em razão da tipologia e complexidade de cada setor, sendo que o PCRU é o que mantém o maior número de contatos com o público externo; **Relativamente à Meta 11** – que visa obter o índice médio geral de 80% (Alvo) de satisfação nas Pesquisas de Satisfação realizadas por meio dos sistemas corporativos (p.ex. e-ambiente, e-Cetesb), correspondendo a um aumento de 10 pp em relação a 2024, salientando que houve recomendação do CoAud para substituição do termo/nomenclatura “indiferente” por “esperado” relativo ao índice de 50% de satisfação; **Relativamente à Meta 12** – que consiste em atingir as metas de contribuição individualizadas por área (Divisão/Departamento/Diretoria) propostas para o Painel de Contribuição; que o montante obtido terá distribuição a cada empregado de forma proporcional ao percentual de atingimento das metas de sua unidade de influência; que o total de metas por área será definido junto à consultoria externa e Diretoria Colegiada - a ser elaborado em fevereiro/2025 através de workshops tutorados; que em relação a 2024, é

proposto aumento do peso em 10 pp, sendo atualizado na versão final a ser apresentada ao CA em março/2025. Reiterou que em relação ao total de 12 metas, uma está relacionada ao indicador econômico-financeiro (meta nº 1); outra à qualidade dos serviços prestados (meta nº 11); outra ao Painel de Contribuições (meta nº 12) e as demais ao Planejamento Estratégico da Companhia (metas nº 2 a 10). Na sequência, destacou o critério e cálculo do valor a ser distribuído, com base na Folha de dezembro de 2025 (estimada em R\$ 24,7 milhões): montante máximo passível de distribuição correspondente à folha de dez/2025 (x) % de atingimento da Meta Condicional, sendo: 20% correspondente às metas do Painel de Contribuição (de forma diferenciada às unidades e proporcional ao atingimento) e 80% ao atingimento das demais onze metas (distribuição igualitária). Durante a apresentação os conselheiros teceram algumas considerações. Quanto à meta 5, o senhor Luiz Ferraro ponderou que, comparativamente à meta 4, considera alto o Peso de 10%, sugerindo uma redução de 5%. Quanto à meta 10, o senhor Cláudio observou em relação à fórmula, sugerindo melhor detalhamento na descrição quanto à ponderação do resultado uma vez o alvo é único (90%) e a meta está distribuída por setores, ao que a senhora Érica informou que providenciará o ajuste. O senhor Luiz Ferraro acrescentou que essa situação é similar à da meta 12 referente ao Painel de Contribuições. Quanto à meta 11, o senhor João Ricardo pontuou que o termo utilizado “indiferente” soa como pejorativo sendo que o mais adequado seria “esperado”, ao que a senhora Érica afirmou que procederá a alteração. O senhor Jônatas observou que para o próximo ano seria oportuno estabelecer uma outra meta voltada a avaliação do impacto na sociedade em relação aos instrumentos (políticas e serviços) executados pela Companhia, e não propriamente da satisfação do usuário sobre o atendimento. O senhor Thomaz ressaltou que a meta de avaliação da satisfação do usuário é obrigatória e concordou com a sugestão de aperfeiçoar com a introdução de uma nova meta no sentido proposto. Quanto à meta 12, o senhor Luiz Ferraro ressaltou que é importante avaliar a calibragem das metas distribuídas/desmembradas entre as áreas quanto ao grau de dificuldade no atingimento a fim de amenizar possíveis distorções. A senhora Érica informou que esta questão é uma das que serão discutidas no workshop com a Fundação Dom Cabral, sendo que o objetivo no workshop é balizar as diretrizes, conceitos e critérios junto aos colaboradores/participantes que estão divididos em 5 grupos (carga horária de 8h) para posteriormente abordar a parte prática. Na sequência, a senhora Érica informou que foram feitos três apontamentos pelos membros do Comitê de Auditoria, conforme mencionou o senhor João Ricardo em seus relatos (item 2), sendo: a) para a meta 1 – quanto à redução do grau de dependência do Tesouro, considerando que o índice de 22% não seria desafiador e a recomendação de avaliar junto ao Departamento Econômico-Financeiro a hipótese de justificar ou excluir do cálculo as receitas não recorrentes, bem como considerar a expectativa de redução de receita em função do aumento dos prazos de renovação de licenças devido ao Decreto relativo ao “Facilita SP”; b) para a meta 8 – reavaliar/aumentar o Peso considerando a relevância da meta; c) para a meta 11 – reavaliar/alterar a nomenclatura “indiferente” para o índice de satisfação de 50%. O senhor Luiz Ferraro sugeriu que, com base na recomendação do CoAud para a meta 8, seja incorporado um percentual de 5%, a ser reduzido da meta 5, passando de 15% para 20%. O senhor Thomaz reforçou que a ideia é retomar a discussão e deliberação dessa matéria com os respectivos ajustes apontados, na reunião ordinária de março, ressaltando, entre outros aspectos: que as áreas têm se manifestado favoravelmente na questão de introduzir metas ao PPR, a fim de acompanharem as ações desenvolvidas associado à expectativa de reconhecimento dos trabalhos; que houve o propósito de direcionar algumas metas operacionais à realização do Painel de Contribuição, mantendo a maior parte das metas alinhadas ao planejamento estratégico, conforme mencionou a senhora Érica; e nesse sentido, destacou a importância das duas metas vinculadas à Diretoria de Qualidade Ambiental (metas 5 e 6). O senhor Luiz Ferraro posicionou a senhora Érica de sua sugestão durante a apresentação do item 4 em relação a importância da integração do Plano de Negócios, incluindo o Painel de Contribuições, e do Plano Plurianual – PPA ao Plano de Sustentabilidade, ao que o senhor Thomaz informou que já há um esforço nesse sentido. Ao final, os conselheiros agradeceram a senhora Érica pela apresentação que reiterou que em março, após consolidadas as metas do Painel de

Contribuições (aditivo), a proposta deverá ser reapresentada à deliberação do Conselho de Administração. A seguir, passou-se ao **item 3 – Eleição de Diretores da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB**. O senhor Jônatas, em cumprimento ao disposto no inciso XXXVI, do Artigo 14 do Estatuto Social da Sociedade que dispõe que, além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração (CA), eleger e destituir os membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria, cientificou os membros do Conselho quanto ao teor do Parecer CODEC nº 004/2025, de 31/01/2025, que trata da eleição dos diretores da CETESB. As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 048/25 - CC) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016 e Decreto estadual nº 62.349/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade, podendo ser formalizada por ato do Conselho de Administração, nos termos do inciso II, do artigo 142, da Lei federal nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) e nos termos do artigo 14 do Estatuto Social. Dessa forma, estando atendidos os requisitos da Deliberação CODEC nº 001/2025, de 08/01/2025, caberá ao Conselho de Administração eleger: o senhor **THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO** (2º mandato – 1ª recondução), brasileiro, casado, advogado/biólogo, portador da cédula de identidade RG nº 24.***.***.* SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 303.***.***-**, residente e domiciliado na Rua ***** - ***** - São Paulo – SP, CEP: *****-***, como Diretor-Presidente; o senhor **ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ** (2º mandato – 1ª recondução), brasileiro, casado, engenheiro sanitarista e ambiental, portador da cédula de identidade nº 4.***.*** – SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 274.***.***-**, residente e domiciliado na Rua ***** - ***** - São Paulo – SP – CEP: *****-***, como Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental; a senhora **MAYLA MATSUZAKI FUKUSHIMA** (2º mandato – 1ª recondução), brasileira, casada, bióloga, portadora da cédula de identidade RG nº 24.***.***.* SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 195.***.***-**, residente e domiciliada na Avenida ***** - ***** – São Paulo – SP - CEP: *****-***, São Paulo – SP, como Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental; a senhora **LIV NAKASHIMA COSTA** (2º mandato – 1ª recondução), brasileira, solteira, engenheira ambiental, portadora da cédula de identidade nº 44.***.***.* – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 338.***.***-**, residente e domiciliada na Rua ***** - ***** - São Paulo – SP – CEP: *****-***, como Diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade. Os Diretores eleitos deverão exercer suas funções nos termos do estatuto social da Companhia, com novo mandato unificado, de 2 (dois) anos. Para remuneração, a Companhia deverá observar os estritos termos das orientações do CODEC na forma fixada na Assembleia Geral de Acionistas. Observe- que, nos casos em que o Diretor acumular funções de outro Diretor, perceberá apenas uma remuneração. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. Cumpre ressaltar que as declarações firmadas pelos senhores Diretores, inclusive a declaração de desimpedimento, encontram-se arquivadas na sede da Companhia. Registre-se que considerando a não indicação da senhora CAROLINA FIORILLO MARIANI e à vista do término de seu mandato, o Conselho de Administração deliberou que o Diretor-Presidente eleito, senhor Thomaz ficará responsável por atuar interina e cumulativamente na Diretoria de Qualidade Ambiental, ou indicará um Diretor reconduzido até nova deliberação, ou seja, até o próximo parecer do CODEC. Na sequência, instado pelo senhor Jônatas, o senhor Thomaz teceu uma breve contextualização quanto ao desempenho das Diretorias, atualizando alguns pontos do panorama geral reportado ao conselheiros na 603ª RCA de 30/07/24, destacando principalmente a forma integrada de atuação, com ênfase para alguns resultados e ações, citando entre eles: a redução dos passivos/estoques e o agrupamento de pedidos de licenças; além de questões relativas à reorganização interna como mudanças/adequações na Chefia de Gabinete, Departamento Jurídico e Departamento de Desenvolvimento Estratégico e Institucional. Entre outros aspectos, reiterou que há duas reuniões mensais de diretorias, além de outras informais para tratar de questões como gestão dos projetos institucionais e orçamento, chamando a atenção, nesse sentido, para os desafios de cada diretoria quanto à redução de custos e busca de novas fontes de arrecadação. Na sequência, o senhor Jônatas cientificou os membros em relação a um relatório de atividades da Diretoria de Qualidade Ambiental endereçado a ele e à Secretaria de Governança em 30/01/25,

por e-mail, pela senhora Carolina Fiorillo Mariani, o qual foi projetado aos membros durante a reunião, salientando que o relatório evidencia um trabalho muito bem conduzido pela senhora Carolina à frente da Diretoria E, o qual demonstra os avanços na lógica de governança, e, após resumir os principais pontos do relatório, ressaltou o mérito e a qualidade dos trabalhos trazidos pela senhora Carolina e a forma eficiente dela formar e conduzir a equipe na execução dos serviços, com destaque aos Projetos Institucionais. Relativamente à indicação para a direção da Diretoria de Qualidade Ambiental, o senhor Thomaz pontuou que, para maior celeridade ao processo de eleição, a ideia é promover alguém da própria casa. A senhora Marisa propôs que para a próxima reunião ordinária sejam apresentados os resultados do Programa de Desligamento Incentivado – PDI, incluindo o impacto na folha de pagamento. O senhor Thomaz informou que ao longo de 2024 houve 176 desligamentos, sendo: 126 relativos às adesões do PDI e 50 a pedidos de demissão consensual. Relativamente ao concurso, informou que houve aprovação para 224 vagas, conforme mencionado em reuniões anteriores, sendo que a Companhia aguarda autorização para uma chamada complementar, para entre 40 e 50 aprovados do concurso e concluiu informando que poderá demonstrar os resultados em apresentação ao Conselho na próxima reunião, ao que todos concordaram. Registre-se que a conselheira KELLY Lopes Lemes permanece sob licença para tratamento de saúde. O senhor Jônatas anunciou que a próxima reunião ordinária será no dia 25/02/2025, terça-feira, às 14h. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata e assinada digitalmente pelos senhores conselheiros e por mim secretário.

São Paulo, na data da assinatura digital.

VALDECIR SARROCHE DA SILVA
Secretário Executivo



Documento assinado eletronicamente por **VALDECIR SARROCHE DA SILVA**, Assessor, em 28/02/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0057931717** e o código CRC **F5D85272**.